



PRÁTICAS AVALIATIVAS E SISTEMA APOSTILADO: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Almir Paulo dos Santos

Professor Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação - PPGPE da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Paola Berria

Mestranda no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação - PPGPE da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

1. Introdução

A avaliação escolar ocupa um lugar central na prática pedagógica e no cotidiano das escolas. Tradicionalmente utilizada como mecanismo de controle e classificação dos estudantes por meio de provas e exames (Luckesi, 2005), em oposição a essa perspectiva, Saul (2008, p. 2), propõem que, “falar de avaliação é falar de gente, histórias, saberes, práticas e compromissos”. Sob essa nova perspectiva, a avaliação é compreendida como um processo contínuo, diagnóstico, formativo e emancipatório, capaz de potencializar a aprendizagem e contribuir para o desenvolvimento integral do educando.

Contudo, observa-se que a adoção crescente de sistemas apostilados nas redes públicas de ensino, como o SIM Sistema de Ensino investigado neste estudo, tem padronizado o currículo e os instrumentos avaliativos, limitando a autonomia docente e a adaptação às realidades locais. Esse processo, segundo Barreto (1988) e Adrião et al. (2009), surge do contexto de municipalização do ensino e de políticas de privatização que fragilizam a gestão democrática e a construção coletiva do currículo.

Nesse sentido, este estudo parte da seguinte problemática: quais são os instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes a partir do sistema apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Erechim/RS? Para apoiar esta pesquisa, o objetivo geral é identificar os instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes a partir do sistema apostilado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Erechim/RS.

A justificativa desta pesquisa está na relevância do tema para a melhoria da



qualidade da educação pública. Discutir avaliação é essencial para garantir que ela deixe de ser instrumento de seleção e exclusão e se torne um recurso pedagógico que acolha, respeite e valorize as diferenças individuais, contribuindo para uma educação mais democrática e inclusiva.

A função social deste trabalho consiste em oferecer subsídios teóricos e práticos que permitam a professores, gestores e demais profissionais da educação refletirem sobre suas práticas avaliativas, considerando as especificidades dos estudantes e as possibilidades de construção de uma avaliação emancipatória, mesmo em contextos de utilização de sistemas apostilados. Ao dar visibilidade às concepções docentes, este estudo também contribui para o fortalecimento da escuta e do diálogo como princípios norteadores do trabalho pedagógico.

2. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, desenvolvido em quatro etapas principais. A primeira etapa diz respeito à pesquisa bibliográfica, que fundamentou a investigação e serviu de base para conduzir o estudo. Procurando referências sobre avaliação, Saul (2015) elaborou o paradigma da avaliação emancipatória e Ribeiro, Veloso e Zanardi (2020) afirmam que o instrumento avaliativo emancipatório possibilita o estudante ser participante de sua avaliação. Já sobre o sistema apostilado, Barreto (1988) identifica que o despreparo técnico e escassez de recursos acarretaram na introdução da privatização da educação municipal.

Na segunda etapa foi contemplado o Estado do Conhecimento (Morosini; Fernandes, 2014, p. 155). Utilizou-se como banco de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT), a partir dos descritores “avaliação no sistema apostilado” e “avaliação nos anos iniciais”, no período de 2013 ao ano de 2023. Com o refinamento dos trabalhos, a busca do primeiro descritor resultou em um trabalho e do segundo descritor em um quantitativo de vinte e sete trabalhos. Evidenciou-se a carência de estudos da referida temática.

Na terceira etapa, foi feita uma pesquisa documental, com a análise do Manual do Professor do SIM Sistema de Ensino, a fim de compreender as orientações sobre



avaliação presentes no material didático adotado pelas escolas públicas municipais de Erechim/RS.

Na quarta etapa, a pesquisa de campo, em que aplicaram-se entrevistas semiestruturadas com três professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de diferentes escolas públicas municipais de Erechim/RS, buscando identificar as concepções docentes sobre avaliação e os instrumentos utilizados em sua prática pedagógica. Nesta etapa da pesquisa, o projeto foi submetido e autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Os dados foram organizados e analisados por meio de análise de conteúdo (Bardin, 2016), possibilitando a interpretação crítica das concepções e práticas avaliativas no contexto investigado.

3. Resultados e discussão

A análise dos dados revelou que os professores compreendem a avaliação como um processo contínuo, que deve ocorrer em diferentes momentos do cotidiano escolar, utilizando múltiplos instrumentos para acompanhar o desenvolvimento dos estudantes. Os docentes relataram usar ferramentas como diário de bordo, planilhas e caderno de planejamento, além de instrumentos como ditados, provas discursivas, trabalhos escritos, apresentações orais, maquetes e apresentações teatrais.

O Manual do Professor do SIM Sistema de Ensino apresenta uma concepção de avaliação que também valoriza processos diagnósticos, formativos, somativos e de autoavaliação, sugerindo instrumentos como provas objetivas, trabalhos em grupo, debates, relatórios e observações. No entanto, a pesquisa evidenciou que a implementação do sistema apostilado impacta negativamente as práticas pedagógicas, ao uniformizar os conteúdos e reduzir o tempo disponível para aprofundamentos ou propostas práticas, além de desconsiderar as especificidades dos estudantes.

Apesar dessas limitações impostas pela apostila, os professores demonstraram avanços em suas concepções avaliativas, resultado de sua formação inicial e continuada, buscando práticas mais dialógicas e inclusivas. Entretanto, o uso do sistema apostilado, por não ser neutro, limita a construção de uma avaliação emancipatória, restringindo possibilidades de desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico e de uma prática verdadeiramente democrática.



4. Considerações finais

A pesquisa evidenciou que, apesar de os professores apresentarem avanços em suas concepções sobre avaliação, buscando práticas mais diagnósticas, processuais e formativas, a utilização do sistema apostilado nas escolas públicas municipais de Erechim/RS limita a construção de uma avaliação emancipatória. O material padronizado uniformiza conteúdos e instrumentos avaliativos, desconsiderando as especificidades dos estudantes e reduzindo o tempo para práticas que favoreçam o desenvolvimento integral.

Foi possível constatar que, embora os professores procurem alternativas para realizar uma avaliação mais significativa, suas práticas acabam, em alguns momentos, sendo direcionadas pelas orientações do sistema apostilado, que reforça a lógica de controle, dificultando a promoção de uma educação democrática e crítica. Assim, conclui-se que, para efetivar uma avaliação realmente emancipatória, é fundamental garantir autonomia docente, formação continuada e a participação da comunidade escolar na construção de propostas pedagógicas que considerem as singularidades dos estudantes e favoreçam a sua formação integral.

Referências

ADRIÃO, T; GARCIA, T; BORGHI, R; ARELARO, L. Uma Modalidade Peculiar de Privatização de Educação Pública: A Aquisição de Sistemas de Ensino por Municípios Paulistas. **Cadernos Cedes**, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/?ing=pt>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, E. S. de S. Descentralizar e redistribuir nos sistemas de ensino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 95, p. 73-78, 1995. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/827/835>. Acesso em: 20 abr. 2025.

LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem Escolar: um ato amoroso. In: LUCKESI, C. C. (org.). **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 168 - 180.

MOROSINI, M. C; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em:



<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875>. Acesso em: 09 abr. 2025.

RIBEIRO, M. de P; VELOSO, S. G. A; ZANARDI, T. A. C. Educação integral e integrada: a avaliação emancipatória a caminho de uma lógica dialógica. **Revista Cocar**, Belém, v. 14, n. 28, p. 541-563, 2020. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/index>. Acesso em: 24 abr. 2025.

SAUL, A. M. Referenciais freireanos para a prática da avaliação. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, s/v, n. 25, p. 17-24, 2008. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/90>. Acesso em: 21 abr. 2025.

SAUL, A. M. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, 2015. Disponível em: scielo.br/j/ep/a/3nMScNcgg4HFXrrMTTtsGtc/?lang=pt. Acesso em: 10 abr. 2025.